

## **Nova Época, Novos Modos de Vida:**

### **Reflexões Sobre o Antropoceno e o Modo de Vida Imperial\***

Leonardo Emídio Machado\*\*

#### **Resumo**

O presente trabalho recorta sua atenção nas ideias de Antropoceno e do Modo de Vida Imperial que serão analisadas à luz do contexto disciplinar das Relações Internacionais. Para isso, fazemos uso metodológico da revisão bibliográfica, direcionada às principais pesquisas sobre o Antropoceno e a crise ambiental em conjunto ao trabalho de Brand e Wissen, sobre o conceito de Modo de Vida Imperial. Dessa forma, o objetivo central desta pesquisa é analisar criticamente a forma como a disciplina das Relações Internacionais trata a temática ambiental, buscando explicitar, a partir dos conceitos supracitados, as limitações das análises sobre o Sistema Internacional para lidar com uma crise tão complexa e abrangente.

**Palavras-Chave:** Antropoceno; Modo de Vida Imperial; Relações Internacionais; Capitalismo; Meio Ambiente

#### **Abstract**

This work focuses on the ideas of the Anthropocene and the Imperial Way of Life, which will be analyzed in light of the disciplinary context of International Relations. To do this, we make methodological use of the bibliographical reviews, aimed at the main research on the Anthropocene and the environmental crisis together with the work of Brand and Wissen, on the concept of Imperial Way of Life. Thus, the central objective of this research is to critically analyze the way in which the discipline of International Relations deals with environmental issues, seeking to explain, based on the aforementioned concepts, the limitations of analyzes of the International System to deal with such a complex and comprehensive crisis.

**Key Words:** Anthropocene; Imperial Way of Life; International relations; Capitalism; Environment

\*Artigo submetido ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profª. Dra. Lara Martim Rodrigues Selis (IERI/UFU).

\*\* Discente do Curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: leo-chess@hotmail.com

## 1.Introdução

O tema do “fim do mundo” e das teleologias catastróficas permeiam o pensamento de diversas culturas, incluindo perspectivas religiosas, biológicas e antropológicas (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017). No mundo atual, atravessado por crises climáticas e sociais, novas abordagens produzem escatologias sobre a possível liquidação do gênero humano. Assim, desde a ficção científica, até a ciência política e a ecologia, encontramos reflexões sobre o mesmo objeto: o destino dos seres vivos do planeta.

Contudo, conforme a ecologia avança resultados sobre a celeridade das crises climáticas, avançam também perspectivas negacionistas relacionadas aos interesses de classe, em particular dos setores neoextrativistas. Por esse motivo, o que parecia uma questão das ciências ecológicas, passa, cada vez mais, a adentrar os debates das ciências humanas. Nas Relações Internacionais esse movimento se dá de forma gradativa, mas já atravessa agendas clássicas, como política externa, segurança nacional e regimes internacionais (VIOLA; BASSO, 2016). Nas Nações Unidas, encontros e negociações sobre a questão climática foram organizados nas últimas décadas, a exemplo da Rio-92, do Protocolo de Kyoto, do Acordo de Paris e, mais recentemente, a COP26 (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004). Nessas iniciativas vemos cada vez mais as nações sendo convocadas a debater questões climáticas e a tomar decisões visando o futuro do planeta. Em grande medida, tais debates orbitam a temática dos créditos de carbono, avançando pouco as pautas levantadas, sobretudo, pelos atores não estatais.

Assim, as abordagens econômicas ou securitárias protagonizam a discussão ambiental desde uma perspectiva estatal e, também, das Relações Internacionais. Nesse contexto, articulam-se, ainda, pautas migratórias, sobre refúgio e direitos humanos (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004). O presente trabalho traz uma perspectiva diferente daquelas, visando expandir o diálogo do campo com as abordagens filosóficas sobre o Antropoceno articuladas à discussão crítica sobre o poder Imperial. Portanto, a pergunta que essa pesquisa busca responder é: Como os conceitos de Antropoceno e Modo de Vida Imperial podem trazer ganhos teóricos e de reflexão crítica para a disciplina de Relações Internacionais?

Nesse sentido, o conceito de Antropoceno aprimora a capacidade interpretativa do campo sobre os sentidos desse novo tempo de crise que estamos adentrando e quais impactos estamos causando no planeta. Além disso, a questão sobre a nomenclatura dessa nova época nos ajuda a entender como essas questões naturais também passam por questões sociais e políticas de nossa época. Já o conceito de Modo de Vida Imperial é essencial para entender as dimensões políticas envolvidas, destacando as dinâmicas de poder que reproduzem modos de exploração e desigualdades incompatíveis com soluções qualificadas para a crise. Por fim, argumenta-se que o uso combinado daqueles fortalece a capacidade analítica da disciplina no tratamento das questões ecológicas problematizando sua securitização e as limitações normativas do tema.

Este texto está dividido em três partes para poder trabalhar esses temas colocados anteriormente. Em um primeiro momento, definiremos o que é o Antropoceno e a crise ambiental que este conceito nomeia, procurando entender desde sua nomenclatura até os estudos ecológicos que mostram os impactos humanos na natureza. Em seguida, trazemos o conceito de Modo de Vida Imperial, formulado pelos alemães Brand e Wissen (2021), para entender como se dão estruturalmente as dinâmicas de poder que estão intrínsecas ao modelo capitalista de exploração da natureza. Por fim, estabelecemos diálogos com o campo de Relações Internacionais, especialmente aqueles já trabalhados por Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004), trazendo esses conceitos trabalhados anteriormente para o debate e sua função discursiva.

## **2. Antropoceno e a crise ambiental no capitalismo**

Na literatura dedicada às interpretações sobre o “fim do mundo” desde uma perspectiva dos problemas ambientais, destaca-se o uso do conceito do Antropoceno. Tal conceito designa uma nova época geológica sucessora do Holoceno, cuja etimologia é composta pela junção de *holos* (todo ou inteiro em grego) e *kainos* (novo). Ou seja, Holoceno significa “Inteira e Recente” e nomeia o período de estabilidade da temperatura que permitiu que os seres humanos sobrevivessem e se desenvolvessem. Em paralelo, a palavra Antropoceno resulta da junção do termo *anthropos* (humano em grego) e *kainos* (novo), assim, tal conceito serve para designar a era em que os humanos (*anthropos*) influenciam tanto na estrutura do planeta a ponto de se

tornarem uma nova força geológica. Sobre isso, os autores Deborah Danowski e Viveiros de Castro explicam:

Se a ameaça da crise climática é menos espetacular que aquela dos tempos do perigo nuclear (que não deixou de existir, sublinhe-se), sua ontologia é mais complexa, tanto no que respeita às conexões com a agência humana, como à sua cronotópica paradoxal. Seu advento recebeu “nosso” nome, *Antropoceno*, designação proposta por Paul Crutzen e Eugene Stoermer para o que eles entendem ser a nova época geológica que se seguiu ao Holoceno, a qual teria se iniciado com a Revolução Industrial e se intensificado após a Segunda Grande Guerra. (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 18-19)

Como os autores sugerem, existe uma diferença entre o fim do mundo nuclear e do ecológico. Enquanto o primeiro envolve uma decisão política pontual, contextualmente limitada, o segundo possui um desenvolvimento mais difuso, visto que resulta de múltiplas decisões coletivas ao longo do tempo. Daí, advém a dificuldade da denúncia política sobre questões ecológicas, cuja autoria e temporalidade muitas vezes extrapolam a estrutura individualista das práticas vigentes. . Dessa forma, o conceito Antropoceno é importante justamente por que é capaz de denunciar e responsabilizar a nossa espécie como carro-chefe das mudanças que estão acontecendo no planeta. O Antropoceno, portanto, indica uma época geológica que faz referência explícita aos seus agentes causadores. Tal era, embora tenha começado conosco, muito provavelmente terminará sem nós, conforme explicam Danowski e Viveiros de Castro, (2017). Nessa perspectiva, o Antropoceno sugere a passagem do ser humano enquanto um agente para o entendimento de sua função enquanto uma estrutura. Portanto, mesmo após a extinção da espécie humana, seus efeitos ainda estarão sendo sentidos no mundo, até o planeta superar esses e iniciar uma nova época geológica. Nosso presente é o Antropoceno, mas ainda muitos dos seus efeitos estão por vir sem a possibilidade de anulá-los. (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017)

Portanto, muitos enxergam o Antropoceno como símbolo do triunfo da humanidade sobre a natureza, por conta de um pensamento de Homem x Natureza que já foi importante para o desenvolvimento humano quando essa relação era mais igual. Porém hoje, esse pensamento acaba se tornando obsoleto, já que a exploração indefinida da natureza pela humanidade está gerando efeitos negativos para o planeta, para as outras espécies e para outros seres humanos. Com o domínio sobre o planeta, a espécie humana está acelerando cada vez mais para sua própria

destruição. Mas quando se iniciou o Antropoceno? Existem diversas discussões tanto sobre quando se inicia o Antropoceno, quanto sobre quando se inicia o uso dessa nomenclatura. O maior consenso parece ser a de que o Antropoceno se iniciou com a revolução industrial (STEFFEN, 2011). Contudo existem outros, como o sociólogo Jason Moore (2022), que apontam para a colonização das Américas, por conta de toda exploração de riquezas naturais que possibilitaram o capitalismo. Porém há aqueles denunciados por Clive Hamilton (2014), por acreditarem numa espécie de “bom Antropoceno”, que a data inicial de fato seria no Neolítico, quando começa o processo de sedentarização do *homo sapiens* e a divisão do trabalho, contudo isso parece servir apenas para retirar o peso da responsabilidade que o sistema econômico capitalista possui nesse processo. (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017)

Steffen (2011) aponta para as décadas de 1940 e 1950, onde houve um aumento da intensidade do impacto do capitalismo e da espécie humana no meio ambiente, esse fenômeno recebeu o nome de Grande Aceleração. Para Steffen (2011) é o ponto de início do Antropoceno, pois foi onde o capitalismo se expandiu de tal forma que os impactos no planeta da espécie humana passaram a não poder ser ignorados juntos com a invenção das bombas nucleares (FOSTER, 2016). Essa questão sobre quando começa o Antropoceno existe por conta de que essa crise ecológica acaba se relacionando com outros temas e crises de forma a ser difícil apontar apenas uma linhagem que nos trouxe até esse momento. Portanto, temas como economia e produção, diferenças étnicas, feminismo, vida não-humana, migração, modernidade, entre outros, não são raros de serem tratados dentro desse guarda-chuva que é o antropoceno.

Esses temas causam algumas discussões sobre como nomear essa nova época, porém, já é possível perceber que o antropoceno vai além de apenas um nome para um tempo geológico, mas também um potente conceito dentro das ciências humanas que se relaciona com diversos campos de estudo. Trata-se, portanto, de um significante transversal, que dá conta de conteúdos transdisciplinares. A discussão sobre a nomenclatura aponta para as diversas ênfases que o fenômeno permite, dada suas características distintas. O nome “Capitaloceno”, por exemplo, enfatiza a origem e os “culpados” pela gestação dessa era, além de apontar que existem outros

humanos, não capitalistas, que conseguem ter uma relação saudável de não exploração com a natureza, como os povos indígenas.

Dentre os que vão contra o nome de Antropoceno e preferem o termo “Capitaloceno”, estão o sociólogo Jason Moore e a filósofa Donna Haraway, para os quais este segundo termo serve justamente para centralizar o capitalismo na discussão sobre as crises climáticas e humanas desse período, destacando, em última instância, o papel das relações de produção (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017). Moore (2022) aponta que o capitalismo e sua construção ajudou a modificar as relações entre o homem e a natureza de forma a se tornar cada vez mais exploratória até se expandir para outros tipos de relações humanas:

Uma vez que começamos a nos perguntar o que motiva o estado desastroso da situação atual, passamos das consequências do processo de criação de ambiente (*environment-making*) às suas condições e causas. E, uma vez que começamos a fazer perguntas sobre a criação de ambiente iniciada por humanos, um novo conjunto de conexões aparece. São conexões entre criação de ambiente e relações de desigualdade, poder, riqueza e trabalho. Começamos a fazer novas perguntas sobre a relação entre mudança ambiental e quem tem seu trabalho valorizado - e sua vida valorizada. As noções de classe, raça, gênero, sexualidade, nação - e muito, muito mais - podem ser entendidas em termos de sua relação dentro da natureza como um todo, e de como essa natureza foi radicalmente refeita ao longo dos últimos cinco séculos. (MOORE, 2022, p. 130)

Moore (2022) mostra como essa questão da nomenclatura envolve a procura das causas que nos trouxeram até aqui, um contexto catastrófico. A resposta que a palavra Antropoceno nos traz aponta para uma responsabilização coletiva direcionada à humanidade. Porém, o conceito de humanidade não deve indicar uma materialidade homogênea, afinal, ao longo do seu desenvolvimento, o capitalismo promoveu uma exploração da natureza que inclui nesse campo de espoliação também corpos humanos. Ou seja, a objetificação de alguns grupos sociais fez com que a ideia de natureza fosse ampliada, para incluí-los, assim como fez com a ideia de humanidade fosse subtraída, visto que exclui os setores marginalizados. Esses corpos excluídos de sua humanidade, visto que explorados junto da natureza para a construção do capitalismo, constituem os povos indígenas e africanos escravizados, assim como as mulheres e até mesmo alguns homens de pele branca (eslavos, judeus, irlandeses) (MOORE, 2022, p 130). Em busca de contemplar esses que foram excluídos de sua humanidade e, portanto não são inteiramente

contemplados dentro do *Anthropos* no conceito de Antropoceno, surgem novos significantes que buscam contemplar as lacunas do conceito original, como o Faloceno, o Plantationceno, Chthuluceno, e é claro o próprio Capitoloceno.

As Ecofeministas são uma parte importante dentro desse debate sobre as limitações contemplativas do Antropoceno, demonstrando como os exploradores da natureza sempre tiveram um perfil específico de gênero e de etnia. Dessa forma, foram criados conceitos interessantes como o Faloceno que aponta para esse perfil da humanidade que transforma a natureza através da masculinidade. Plantationceno, por sua vez, tenta demonstrar qual tipo de transformação que está ocorrendo na natureza.

Em primeiro lugar, o faloceno, que simboliza a tradução da diferença sexual em desigualdade nos modos de produzir efeitos nefastos sobre o planeta, a exemplo das emissões de GEE. Nesse sentido, indica que qualquer proposta alternativa ao femicídio, ao etnocídio, ao ecocídio e ao geocídio passa pelo reconhecimento da dimensão de gênero na crise do antropoceno. Em segundo lugar, o plantationceno, que aponta para a transformação devastadora (da natureza e de alguns humanos) de fazendas, pastos e florestas em plantações extrativas e baseadas em trabalho escravo, que prossegue na produção global de carne industrializada, no agronegócio da monocultura, e nas imensas substituições de florestas multiespecíficas por monoculturas. (MILANI, 2022. p. 7)

O termo de Chthuluceno, também, foi cunhado por uma ecofeminista, Donna Haraway, porém esse se trata de um termo que busca incluir outros agentes não-humanos, ao invés de apontar um agente específico, nesse caso a crítica está de que o Antropoceno é demasiadamente centrado no humano. Portanto, o que a autora busca é justamente organizar as formas de vida de forma não hierárquica para enfrentar, ou como ela coloca ficar com ou “*becoming with*”, o problema, já que os efeitos da humanidade no planeta irão permanecer por muito tempo. Essa ótica escolhida pela autora é uma forma de pensar a história através de uma perspectiva diferente, enquanto o Antropoceno olha esse momento da história através da perspectiva de uma espécie específica, o Chthuluceno está contando através da perspectiva de todas as espécies (HARAWAY 2022a, p. 103). Haraway propõe esse conceito como uma forma de complementar e desafiar o termo Antropoceno, para elaborar um pensamento que englobe a Terra e todos seus habitantes, diante do estado crítico das mudanças climáticas, fundamentando um projeto político duradouro para que as possibilidades de vida, tanto humana quanto não-humana, consigam sobreviver.

Ademais, ainda existem outros “cenos” que contam outras perspectivas sobre a história do planeta. O Homogenoceno que aponta para a diminuição da biodiversidade no planeta, o Plasticeno que está relacionado à produção de plástico que tem grande impacto ao ser jogado na natureza, dentre outros. Portanto, por essa grande infinidade de novas relações que estão sendo criadas por essa nova época, foi preferível colocá-las dentro do “guarda-chuva” do conceito de Antropoceno, mas cientes de suas limitações e discussões. Para além, cabe ressaltar que o nome Antropoceno é importante pois também indica uma reflexão direcionada ao futuro, em um período pós-fim do capitalismo, já que, mesmo com o fim deste, os efeitos do Antropoceno seguirão vigentes por um bom tempo até se iniciar uma nova época geológica. Portanto, ao contrário da famosa frase de que “é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo”, numa perspectiva antropocênica o fim do capitalismo está, de certa forma, mais palpável que o fim do mundo.

Outro ponto, é de que as experiências ditas socialistas do século XX não foram ecologicamente melhores que as experiências capitalistas, já que estavam ainda pautadas pela lógica do Capital. Além disso, a China, que é discutivelmente uma experiência socialista atualmente, não apresenta grandes avanços nessas questões ambientais, já que nos últimos tempos se tornou o maior emissor de gases de efeito estufa por ano, enquanto os EUA continuam na liderança no quesito de emissões históricas<sup>1</sup>. A “experiência socialista com características chinesas para uma nova época” de Xi Jinping em discurso parece ter interesse em questões ambientais e o país já possui algumas das leis ambientais mais modernas do mundo, porém não estão sendo respeitadas até o momento. Além disso, o aumento do consumismo dentro do país, que cada vez mais fortalece seu mercado doméstico, aumenta a utilização de recursos naturais fazendo com que cada vez mais a China promova a externalização de seus problemas ambientais, prática comum em potências capitalistas, para acalmar seus conflitos sociais internos. (BRAND; WISSEN. 2021, p. 187-188)

---

<sup>1</sup> Sobre a competição de quem mais emite gases de efeito estufa veja a matéria da CNN em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-x-china-que-pais-emite-mais-gases-causadores-do-efeito-estufa/>



Por fim, o termo Antropoceno é usado aqui como uma forma de união de dois aspectos importantes que permeiam as crises climáticas, que são os pontos de vista voltados para ciências naturais e os das ciências sociais (FOSTER, 2016, p. 4). As questões naturais estão relacionadas com a crise climática, as mudanças geomorfológicas, a extinção das espécies, entre outros aspectos que nos permitem entender as características materiais dessa época. As questões sociais estão relacionadas com os aspectos históricos, sociais, econômicos, entre outros aspectos que nos permitem entender como chegamos a essa era e como está nos afetando no dia-a-dia.

## **2. 1. A questão ecológica e os impactos do Antropoceno**

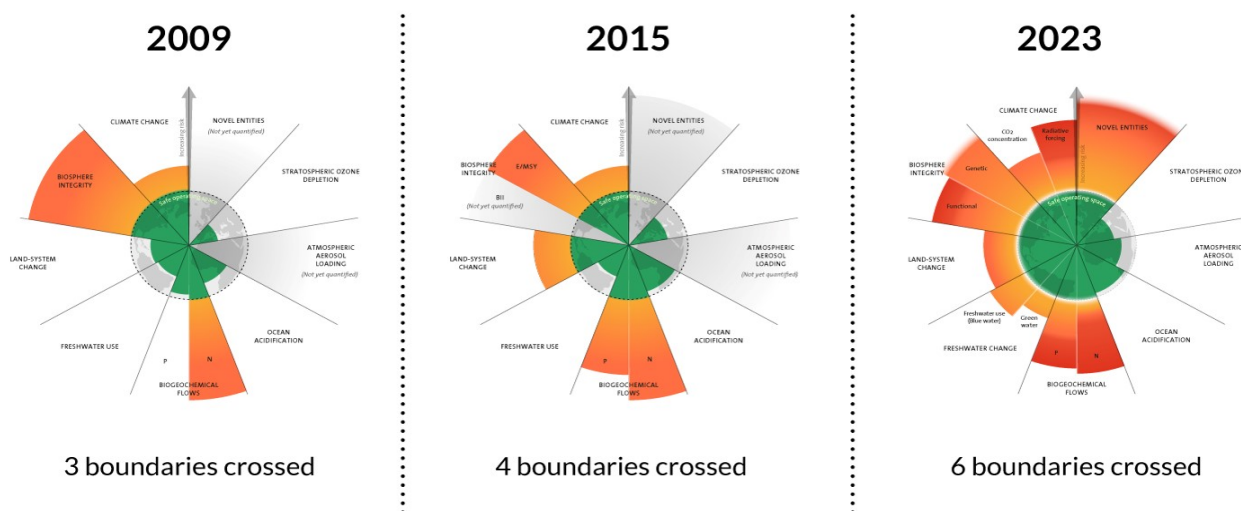
Considerando as interpretações do Antropoceno, reconhece-se a diversidade dos impactos deixados pelos seres humanos no planeta terra, o que torna a tarefa de rastreá-los extremamente difícil, porém necessária. Alguns cientistas naturais e ambientalistas procuraram uma forma de pensar quais seriam os limites do planeta, os chamados Limites Planetários, conforme propostos por Rockstrom (2009). Tal autor, em parceria com diversos outros cientistas, propôs tal leitura na tentativa de calcular um campo de impacto onde a humanidade consiga continuar se desenvolvendo sem gerar uma mudança permanente, colocando em risco o ambiente e o clima em que estamos acostumados a viver.

Propomos uma nova abordagem à sustentabilidade global na qual definimos limites planetários dentro dos quais esperamos que a humanidade possa operar com segurança. Transgredir uma ou mais fronteiras planetárias pode ser prejudicial ou mesmo catastrófico devido ao risco de ultrapassar limiares que desencadearão mudanças ambientais abruptas e não lineares em sistemas à escala continental e planetária. (ROCKSTROM et al, 2009, p. 2)

Segundo esses pesquisadores, em 2009, o ser humano já teria ultrapassado três dos nove limites planetários propostos. Os limites que foram já ultrapassados são Mudança de Clima, Taxa de Perda de Biodiversidade e os Fluxos Biogeoquímicos (com a interferência dos ciclos de fósforo e nitrogênio). Os outros limites são Acidificação dos Oceanos, Depleção da Estratosfera, Carregamento de Aerossol Atmosférico, Uso Global de Água Doce, Mudança no Sistema Terrestre (Porcentagem da cobertura global da terra convertida em terras agrícolas) e Poluição Química.

Em 2015, o mesmo grupo aponta que o limite de Mudança no Sistema Terrestre começa a ser ultrapassado, fazendo com que nós tenhamos ultrapassado quatro dos nove Limites Planetários (STEFFEN et al, 2015). Já em 2023 sai o último relatório desta equipe, dessa vez seis Limites Planetários foram ultrapassados que inclui os quatro limites das outras pesquisas com a adição do Uso Global de Água Doce e Novas Entidades, essa última é uma atualização do limite de Poluição Química e a definição desta fronteira está agora restrita a introduções antropogênicas verdadeiramente novas no sistema terrestre. (RICHARDSON et al, 2023)

**Figura 1 - Limites Planetários ao Longo do Tempo**



Fonte: Stockholm Resilience Centre, baseado na análise de Richardson et al 2023

Esses novos dados denunciam a ineficácia das ações tomadas até o momento para impedir o colapso climático ou mesmo o conter. Além disso, é importante notar que o Sistema Terra é interligado de forma a ser incerto qual será o impacto da transgressão de cada um desses limites. Uma grande alteração no em lugar pode afetar outro lugar completamente diferente, um exemplo dado é que o desflorestamento da Amazônia pode diminuir o recurso de água doce na Ásia (ROCKSTROM et al, 2009).

Sendo assim, mesmo com esses dados sobre os Limites Terrestres é difícil entender completamente o nível das consequências dessas alterações causadas pelos seres humanos, pois é

incerto como o Sistema Terra irá reagir com a transgressão de dois ou mais Limites Planetários. Além disso, a dificuldade de se obter o feedback do próprio Sistema-Terra sobre as mudanças que estão acontecendo, dificulta uma análise mais precisa sobre as consequências das ações humanas.

Há poucas dúvidas, porém, de que as complexidades dos processos e feedbacks lentos e rápidos interconectados no Sistema Terrestre proporcionam à humanidade um paradoxo desafiador. Por um lado, estas dinâmicas sustentam a resiliência que permite ao planeta Terra permanecer num estado propício ao desenvolvimento humano. Por outro lado, eles induzem-nos a uma falsa sensação de segurança, porque a mudança incremental pode levar à ultrapassagem inesperada de limiares que levam o Sistema Terrestre, ou subsistemas significativos, abruptamente a estados deletérios ou mesmo catastróficos para o bem-estar humano. O conceito de fronteiras planetárias fornece uma estrutura para a humanidade operar dentro deste paradoxo. (ROCKSTROM et al, 2009, p. 28)

Justamente por essa falsa segurança, citada por Rockstrom et al, é difícil de combater essa crise climática, pois as consequências das ações humanas são lentas e difíceis de prever como chegarão. Isso causa um desinteresse para se combater a crise de forma eficaz e radicalidade necessária, dessa forma a humanidade continua mantendo a expansão do sistema capitalista sem se preocupar com a exploração da natureza que este exige.

No colóquio internacional “Os Mil Nomes de Gaia”, o físico e ambientalista, Alexandre Araújo Costa, com o texto “Antropoceno: Desmandamentos Gravados em Rocha”, mostra os rastros materiais que a humanidade e o Capitalismo estão deixando no planeta terra. O impacto dos seres humanos no meio ambiente acelera cada vez mais e deixa um grande rastro de sujeira, além de um grande consumo de energia que o próprio planeta não consegue sustentar:

(...) Nas últimas décadas, o processo se aprofundou ainda mais. A China virou um enorme galpão de fábrica, a ser alimentado por carvão e gás para suas termelétricas, minério de ferro, cobre e metais raros para eletroeletrônicos, plástico e químicos diversos. Por todo o globo, a frota automobilística e a frota aérea não param de crescer, demandando materiais metálicos e não metálicos para sua fabricação e, sobretudo, derivados de petróleo para movimentá-las. A globalização atingiu também o sistema alimentar, trazendo consigo uma expansão da indústria da carne, da monocultura, do controle da produção de alimentos por corporações, crescimento exponencial do uso de agrotóxicos, fertilizantes, hormônios, antibióticos etc. e, por conseguinte, da pressão por expansão da fronteira agrícola da presença desses compostos químicos no ambiente. (COSTA, 2022, p. 108)

Além disso, o autor aponta que mesmo o virtual mercado financeiro com suas blockchains e criptomoedas causaram uma grande demanda de matéria e energia. A interconexão global atual

não apenas proporciona um fluxo de capital especulativo, mas de materiais e produtos a partir deles fabricados. Todos os indivíduos estão ligados por esse sistema econômico via extração, produção e consumo (COSTA, 2022). Sendo assim, mesmo essa nova fase do capitalismo onde se utiliza muito do ambiente virtual, ela ainda causa grandes danos ao meio ambiente.

Em outro texto, Costa, nos mostra como o capitalismo do século XXI faz uma má leitura da materialidade ao se utilizar dos recursos do planeta. Dessa forma, a crise ecológica é uma manifestação de uma etapa do desenvolvimento capitalista que avança ultrapassando os limites naturais, além de se tornar cada vez mais violento com aqueles que são obstáculos de seu desenvolvimento (COSTA, 2014). Portanto, a questão ecológica do Antropoceno está intimamente ligada à luta de classes, que comumente deriva em violações praticadas contra os povos indígenas ou as populações mais pobres dos sistemas capitalistas. Sendo assim, essa “má leitura da materialidade” feita pelo capitalismo é relacionável com a leitura que Guy Debord (1971, n.p)<sup>2</sup> realiza, a qual afirma: “(...)O capitalismo finalmente trouxe a prova, por seu próprio movimento, de que *ele não pode mais desenvolver as forças produtivas*; e isso não *quantitativamente*, como muitos acreditaram compreender, mas *qualitativamente*”. Apesar de não estar falando diretamente de “Antropoceno”, Debord está criticando as causas, capitalistas, deste<sup>3</sup>

Dessa forma, o fenômeno do Antropoceno nos mostra uma fraqueza da ciência moderna diante dessa crise ecológica, visto que os trabalhos científicos já são capazes de prever dimensões do desastre ambiental mas, ironicamente, mostram-se improdutivos na produção de soluções e escapes capazes para o problema. Não raro, inclusive, a própria ciência moderna é vista como agente produtor da crise ecológica, dado seu vínculo com os avanços industriais do capitalismo.

(...) já o problema da degradação da totalidade do ambiente natural e humano deixou completamente de se colocar no plano da pretensa qualidade antiga, estética ou outra, para se tornar radicalmente o próprio problema da *possibilidade material de existência* do mundo que persegue um tal movimento. A impossibilidade está de fato já perfeitamente demonstrada por todo o conhecimento científico separado, que discute somente sua data de vencimento; e os paliativos que, se fossem aplicados firmemente, a poderiam regular superficialmente. Uma tal ciência apenas pode acompanhar em direção à destruição o mundo que a produziu e que *a mantém*; mas ela é obrigada a fazê-lo com

---

<sup>2</sup> Traduzido por Emiliano Aquino e disponível em: <http://juralibertaire.over-blog.com/article-13908597.html>

<sup>3</sup> Ou seja, uma visão mais ligada à nomenclatura de “Capitaloceno”.

os olhos abertos. Ela mostra assim, num nível caricatural, a inutilidade do conhecimento sem uso. (DEBORD, 1971, n.p)

Essa ciência moderna, intimamente conectada ao pensamento burguês, promove um “fetiche” metodológico em torno dos modelos quantitativos, considerados mais sérios e efetivos do que os de natureza qualitativa. (DEBORD, 1971). O artigo de Debord,(1971), mostra-se cada vez mais acertado, como prova o trabalho de Luiz Marques que, já em 2017, reafirma os mesmos diagnósticos feitos por Debord sobre o capitalismo e sua inabilidade de solucionar a crise climática. Marques mostra como as pesquisas quantitativas são consensuais com relação ao aumento da interferência antrópica no sistema Terra e sobre como esta está nos conduzindo a um colapso socioambiental iminente (MARQUES, 2017). Tais dados, contudo, não tem sido capazes de promover reações políticas e sociais adequadas

Cabe então a pergunta: se existe um consenso científico, o que está impedindo as autoridades de acharem soluções para o problema ambiental? Marques (2017) chega a uma conclusão interessante de que existem três fatores que contribuem para uma dificuldade de se lidar com a problemática do antropoceno. A primeira, e talvez menos importante, é a questão do negacionismo promovido pelas próprias corporações, mas que, ainda sim, não explica as dificuldades de se lidar com o problema em grupos que têm acesso às informações científicas de que o problema realmente existe.

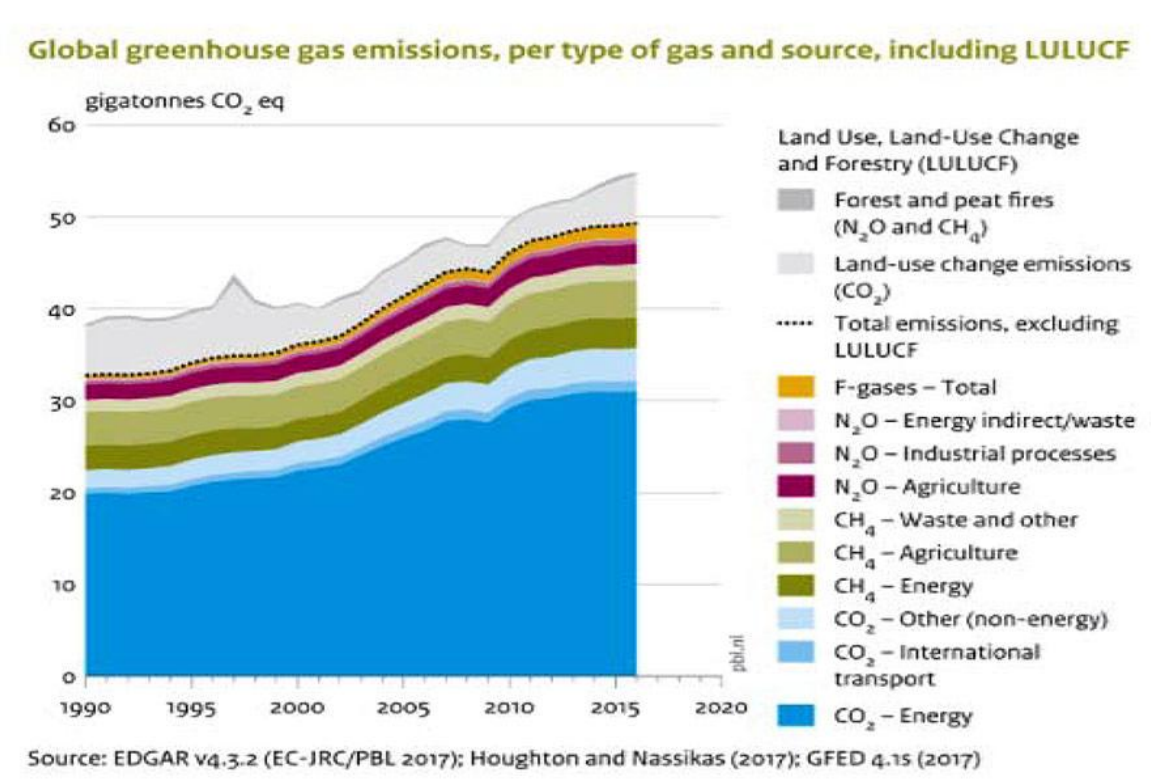
Para explicar esse acontecimento, o artigo de Marques aponta para a existência de dois bloqueios, o bloqueio epistemológico e o bloqueio psicológico. Sobre o bloqueio epistemológico, Marques (2017) aponta que a raiz desse bloqueio epistemológico está na crença de que o capitalismo global pode continuar avançando de forma rápida, ao mesmo tempo que corre em duas direções que foram propostas pela ciência como medidas necessárias para se enfrentar a crise ecológica: reduzir a zero as emissões de carbono em 20 através de mecanismos indutores do próprio mercado (taxa de carbono, fim dos subsídios fósseis, etc); e honrar os acordos diplomáticos como o Acordo de Paris, o Protocolo de Kyoto, as 20 Metas de Aichi.

Sobre essas duas direções, Marques (2017), mostra que ambas não estão sendo cumpridas, as propostas de um capitalismo “sustentável” estão falhando em cumprir as metas que ele próprio

instituiu. Outra afirmação que está relacionada com esse bloqueio epistemológico é o de que as emissões globais de Gases de Efeito Estufa estão se estabilizando. Porém o autor aponta que o que está havendo é apenas uma redução do consumo de carvão que foi graças a uma maior competitividade e disponibilidade do Gás Natural.

Os dados do **Emission Database for Global Atmospheric Research (EDGAR)** mostram que houve um aumento da emissão dos Gases de Efeito Estufa como um todo:

FIGURA 1 - Gráfico de emissão de Gases de Efeito Estufa



Fonte: Emission Database for Global Atmospheric Research (EDGAR)

Sobre o gráfico do **EDGAR** e dos comentários de que existe uma melhora na emissão de Gases de Efeito Estufa, o autor comenta:

É significativo que um eminente representante desse bloqueio epistemológico, **Lord Nicholas Stern**, Presidente da British Academy, tenha visto na figura acima motivo para comemorar: “Esses resultados são uma bem-vinda indicação de que estamos nos aproximando do pico das emissões anuais de gases de efeito estufa” [XIII]. Esse comentário de Stern lembra as peripécias pré-copernicanas do geocentrismo ptolomaico. Lá se tratava de “salvar” a hipótese geocêntrica. Aqui, de “salvar” a hipótese de que o

capitalismo pode no limite nos desviar do colapso socioambiental. Pois esse gráfico simplesmente não mostra estabilização. Ele diz alto e bom som que em 2010 o mundo emitiu 50 Gt CO<sub>2</sub>-eq e que houve em 2016 aumento dessas emissões da ordem de 7%. Definitivamente não há motivo para considerar tal aumento bem-vindo. (Marques,2017, n.p)

Portanto, é visível a dificuldade de se conciliar epistemologicamente o capitalismo com o combate a destruição ambiental e uma estratégia de contenção dos danos causados pelo Antropoceno. É necessário procurar outras bases de pensamento e organização política para enfrentar esse processo. Já o bloqueio psicológico serve como um refúgio óbvio de não se pensar no problema através dos dados científicos relevantes, pois estes invocam um pessimismo por seu caráter catastrófico. Sendo assim, é mais fácil se apegar apenas aos dados que apontam para alguma melhora e continuar acreditando num progresso do “capitalismo verde”. Esse tipo de resposta que nos parece mais pautada em crenças do que na ciência em si está se tornando cada vez mais comum quando a crise climática e a dificuldade de enfrentá-la aparecem. E esse tipo de reação surge, pois a ideia de Antropoceno põe diretamente em cheque a posição de domínio humano sobre a natureza e desafia o progresso econômico que o capitalismo promete. Steffen aponta que:

Esta resposta pode tornar-se ainda mais pronunciada no Antropoceno, quando a noção de “progresso” humano ou o lugar da humanidade no mundo natural é diretamente desafiada. Na verdade, os sistemas de crenças e pressupostos que sustentam o pensamento econômico neoclássico, que por sua vez tem sido um dos principais impulsionadores da Grande Aceleração, são diretamente desafiados pelo conceito do Antropoceno. (Steffen et al , 2011, p. 862)

Entender essas “crenças e pressupostos” do sistema socioeconômico atual acaba sendo essencial para entender o negacionismo e a dificuldade de enfrentar um problema que já é complexo por natureza. Essas crenças levam a crer em um progresso material infinito num mundo de recursos finitos e, por isso, nosso modo de vida no planeta é direcionado para uma maior reprodução de produtos e capital que nos levariam a uma vida mais confortável. Esse desejo por uma vida mais confortável e consumista é o que guia muito do pensamento daqueles que não querem encarar a impossibilidade do sistema capitalista enfrentar o problema, o que demandaria um modo de vida mais simples e com uma diminuição do consumo.

Sendo assim, encarar a dificuldade de se pensar saídas e transformações desse modo de vida como apenas “medo de encarar o problema” acaba não sendo suficiente, pois ignora a força de produção e transformação do desejo. Sendo assim, é necessário compreender como se dá a circulação intersubjetiva das ideológicas que sustentam o modo de vida capitalista. Para entender essas questões, o conceito de Modo de Vida Imperial desenvolvido por Ulrich Brand e Markus Wissen (2021) lança luz sobre o tema, e nos auxiliam a entender como o antropoceno encontra sustentação nas práticas e crenças produzidas dentro e entre os Estados.

### **3. O Modo de vida Imperial**

O “Modo de Vida Imperial” é uma expressão formulada por Brand e Wissen (2021) a fim de denominar um estilo de vida praticado e propagado pelos países do Norte global. Tal modelo goza de circulação global, motivo pelo qual vem sendo adotado também por países do Sul e envolve um tipo de exploração dos recursos naturais que negligencia seus efeitos e as suas contradições. Segundo os autores, os princípios e os motivos de tal nomenclatura vêm da influência gramsciana dos mesmos:

A esse respeito, nosso conceito de “modo de vida” se apoia na tradição de Antonio Gramsci e na teoria da regulação, dado que partimos do princípio de que uma forma social tão contraditória quanto o capitalismo só pode se reproduzir com a condição de se incorporar às práticas cotidianas e ao senso comum, tornando-se, por assim dizer, “natural”. Com o adjetivo “imperial” queremos enfatizar, indo além de Gramsci, a dimensão global e ambiental expansionista desse modo de vida (novamente, entre os países do Norte global). (BRAND; WISSEN, 2021, p. 90)

Ou seja, o Modo de Vida Imperial está intimamente ligado com o capitalismo de forma a ir além de um modelo de organização econômico e social, mas subjetivando o indivíduo de forma a naturalizar certas práticas e pensamentos sem uma avaliação mais crítica. Dessa forma, se naturaliza um estilo de vida sem se avaliar criticamente as consequências de adotá-lo. Um modo de vida baseado em produção e consumo desenfreado “sem jamais lhes atravessar o limiar da percepção ou se tornar objeto de reflexão crítica” (BRAND; WISSEN, 2021, p. 46). Sendo assim, há uma espécie de encobrimento sobre as contradições e os danos ambientais “exportando-os” para outros territórios de forma que aquela sociedade não tenha que lidar com eles, ou mesmo perceber a existência deles.



Esse ocultamento da destruição e da exploração, humana e ambiental, é importante para se compreender como é feito o processo de naturalização da exploração que este modo de vida está causando. Ao mesmo tempo em que está canalizando os desejos das populações de forma a sempre procurarem modos de vida cada vez mais consumistas. Dessa forma, as pessoas que vivem nesses lugares têm só contato com os efeitos “positivos” disso, sem conseguir formular uma reflexão mais crítica sobre esse modo de vida por não ter contato com a exploração que acontece longe desses centros. Inicialmente, esse modo de vida é possível nos países centrais do sistema capitalista pela exploração econômica dos países periféricos. A concentração das riquezas permite uma melhor condição de vida geral da população, enquanto os que são explorados assumem a crença ou o desejo de um dia mimetizarem tal modelo, porém, para isso, se aprofundam na dependência que é gerada pelas trocas desiguais do mercado internacional. (BRAND; WISSEN, 2021)

É importante notar que a exploração vai além de apenas a extração de recursos, mas, também, sofre com o despejo de resíduos e rejeitos das atividades dos países centrais, que causam grandes impactos ambientais. Outro ponto importante que reflete essa característica imperial desse modo de vida é a questão dos sumidouros - “ecossistemas que absorvem determinadas substâncias em maior quantidade do que as emitem no ambiente, em escala global, como as florestas tropicais e os oceanos, no caso das emissões de carbono” (BRAND; WISSEN, p. 88) - que geralmente são mantidos no sul global e geram os tais “créditos de carbono”. Os créditos de carbono conformam uma linguagem cada vez mais popular dentro dos acordos ambientais.

Assim, esses créditos são comprados por aqueles que têm a intenção de tomar medidas que vão gerar algum dano à natureza, mas compram esses créditos que serão investidos na preservação ou ampliação desses sumidouros para compensar o dano causado. O problema dessa questão é que existe uma grande discordância sobre a eficácia desses sumidouros, além de servir apenas para uma maior expansão do capital que agora estará intimamente relacionado com a preservação ambiental. Daí surge uma contradição relevante, visto que as próprias práticas de preservação ambiental (através dos sumidouros) tornam-se dependentes daqueles que compram

os créditos de carbono imbuídos justamente do objetivo de exploração da natureza (BRAND; WISSEN, 2021).

Um dos objetivos dos autores com o conceito de Modo de Vida Imperial é o de mostrar como vários dos conflitos contemporâneos são frutos das contradições intrínsecas desse modo de vida, sendo assim, problemas como a questão ecológica acabam se agravando para manter e expandir esse modo de vida, agudizando nossa autodestruição. Os autores apontam que o Modo de Vida Imperial, “por sua própria natureza, implica o acesso desproporcional aos recursos naturais e humanos numa escala global” (BRAND; WISSEN, 2021, P.47). Dessa forma, é sempre necessário um “outro lugar” e “outras pessoas” para que se continue escondendo a exploração e destruição da natureza, de forma que esses “outros” sejam levados a negar parte de sua riqueza de direito para manter o modo de vida imperial das nações que se aproveitam desses recursos (BRAND, WISSEN, 2021, p. 47). Portanto, fica claro como esse modo de vida não é para todos no planeta, sendo assim se cria uma disputa pela exploração de “outros lugares” para se alcançar esse Modo de Vida Imperial:

É nessa exata situação que nos encontramos hoje. À medida que países emergentes como China, Índia e Brasil se desenvolvem como economia capitalistas, suas classes médias e altas adotam as práticas e representações da “boa vida” típica do Norte global, aumentando também sua demanda por recursos e a necessidade de se externalizarem custos, como as emissões de CO<sub>2</sub>. Consequentemente, eles se tornam concorrentes do Norte global, não apenas no âmbito econômico, mas também no ecológico. O resultado são as tensões ecoimperiais que se cristalizam nas políticas climáticas e energéticas ao redor do mundo, por exemplo. (BRAND; WISSEN, 2021, P.47)

Dessa forma, a expansão do Modo de Vida Imperial se torna insustentável, afinal, sua replicação pelas nações mais pobres implicaria na necessidade de novos espaços e recursos de exploração, os quais pudessem cumprir a função de “outridade”. Trata-se, portanto, de um modelo que não pode existir sem a produção de desigualdades. Essas questões estão intimamente ligadas à crise ecológica, pois cada vez é necessário mais lugares com recursos naturais para serem explorados e cada vez mais existem menos lugares com recursos naturais ainda não explorados. Além disso, as consequências ambientais como aumento de temperatura e desastres naturais dificultam mais ainda as condições de existência dessas “outras pessoas” nesses “outros

lugares”. Portanto, o próprio poder de atração que esses centros capitalistas exercem, através do seu modo de vida, começa a provocar fenômenos migratórios.

Além disso, um número cada vez menor de pessoas no Sul global estará preparado para arriscar sua existência em nome do modo de vida imperial do Norte. O fluxo atual de refugiados e imigrantes também deve ser visto sob essa ótica. Tal fenômeno evidencia, inclusive, o poder de atração que o modo de vida imperial exerce sobre aqueles que, até então, não haviam tido a chance de fazer parte dele: os refugiados buscam segurança e uma vida melhor, o que é muito mais fácil de se alcançar no modo de vida dos grandes centros do capitalismo do que em qualquer outro lugar. (BRAND; WISSEN, 2021, P.47)

A consequência de tudo isso é cada vez mais imigrações desses lugares para os países que adotam Modo de Vida Imperial, ou sejam pessoas à procura de uma vida melhor ou do mínimo para sobreviver. Porém, o que vemos é a multiplicação de barreiras burocráticas, normativas e culturais, que resultam em violência e xenofobia contra os estrangeiros.

Um dos problemas que se relaciona com o Modo de Vida Imperial é o dos refugiados ambientais, na medida em que a causa desses fluxos está relacionada à deterioração do meio ambiente em regiões marginalizadas. Esse tipo de efeito sobre a natureza é o que os países imperiais exportam para os países em desenvolvimento, na medida em que terceirizam as consequências sociais que esse tipo de relação traz.

Um exemplo disso é a produção alimentícia que o sociólogo McMichael (2009) aponta que existe uma disponibilidade espaço temporal ilimitada desse tipo de produto, ao mesmo tempo que oculta suas origens e modos de produção. Sendo assim, as pessoas consomem comidas que são produzidas em outros países sem perceber como aquela produção de alimento está impactando o local onde é produzido. Assim, referenciando o conceito de “outro lugar” ele nomeia esse produto de “comida de lugar nenhum (nowhere food)”, por essa alienação que aqueles que comem tem da produção do próprio alimento. Alguns exemplos dessa questão são:

“Alguns exemplos são as uvas do Chile oferecidas nas cafeterias norueguesa durante o inverno; os tomates plantados e colhidos por trabalhadores imigrantes sem documentação na Califórnia, nos Estados Unidos, para abastecer o mercado norte-americano, ou pelos trabalhadores não legalizados na Andaluzia, na Espanha, para o mercado europeu, ou, ainda, os camarões servidos às mesas do Norte global produzidos à custa da destruição dos manguezais na Tailândia e no Equador. Isso sem falar nas condições ambientais desastrosas e na exploração de mão de obra barata dos trabalhadores romenos na indústria da carne no estado alemão da Baixa Saxônia, que

garante baixos custos de produção para a Alemanha e os países vizinhos.” (BRAND; WISSEN 2021, p. 89)

Ou seja, para haver o consumo dessas comidas em todos lugares do planeta e muitas vezes em todas as épocas do ano é necessário que haja uma grande exploração social e ambiental para suprir essa demanda. É claro que um grande problema que isso traz é o da monocultura que agride o solo, mas que é simplesmente ignorado em prol das grandes produções de grãos para exportação. Sendo assim, cada vez mais as consequências dessas práticas são sentidas nos lugares explorados que estão no Sul global, enquanto alimenta aqueles que estão no Norte global. A aceitação desse tipo de relação está diretamente ligada à expressão do racismo estrutural e do neocolonialismo que está presente nas relações entre o Norte e o Sul global (BRAND; WISSEN, 2021, p. 173).

Com essas relações em mente, é possível perceber que existem aqueles que se beneficiam do Modo de Vida Imperial e, portanto, tem interesses em continuar a mantê-lo, mesmo com seus impactos desastrosos para o meio ambiente, pois já ficou claro que os primeiros a sofrerem as consequências das crises climáticas são lugares periféricos onde ainda há em maior nível essa relação do humano e natureza. Enquanto isso, os grandes centros capitalistas não têm esse contato tão grande com a natureza e tem maiores recursos para enfrentar esse tipo de crise climática inicial.

Portanto, se o Antropoceno é a época que estamos vivendo, o Modo de Vida Imperial é a forma pela qual vivemos dentro do sistema capitalista. O Modo de Vida Imperial é um dos entraves para poder se pensar como enfrentar o Antropoceno e suas consequências para o ser humano enquanto espécie, pois se pensar uma saída do Antropoceno, ou pelo menos uma sobrevivência dentro deste, é necessário pensar o fim do Modo de Vida Imperial.

Ambos estão relacionados com a forma pela qual o ser humano interage com a natureza, de uma forma exploratória e não-harmoniosa. Onde existe um pensamento de que os recursos da natureza são infinitos e que a natureza é incapaz de agenciamento. O primeiro está se tornando cada vez mais claro com os debates sobre recursos não-renováveis como o petróleo, já o segundo

é um pouco menos claro, porém já existem teorias que começam a pensar sobre uma possibilidade de agenciamento da natureza<sup>4</sup>.

Portanto, uma revisão crítica sobre a exploração dos humanos sobre a natureza, e outros humanos é necessária. No debate sobre o nome do Antropoceno essas questões sociais aparecem em variações como Faloceno, Capitaloceno, Plantationceno e de uma forma mais abrangente no Chthuluceno. Dentro do Modo de Vida Imperial as questões de classe e as práticas extrativistas dos Estados aparecem de forma concisa junto com a crítica a destruição ambiental.

Sendo assim, é importante na hora de levar esse debate para o campo das Relações Internacionais ter em mente todas essas complexidades que circulam a pauta ambiental, pois elas demonstram a dificuldade que o Sistema Internacional tem de enfrentar esse tipo de crise já que são muitos interesses envolvidos, além da dificuldade de lidar com a forma com que a natureza corresponde algumas medidas tomadas.

#### **4. Crise ecológica nas Relações Internacionais**

O texto “Meio Ambiente e Relações Internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate” de Barros-Platiau, Varella, Schleicher (2004) faz essa aproximação teórica entre o debate ambiental e a disciplina de Relações Internacionais, através desta aproximação é possível enxergar melhor como se dá a inserção do conceito do Antropoceno no campo. Esses autores definem como crise ambiental “(...) como a incongruência entre Terra e Mundo, ou seja, entre um espaço físico e outro socialmente construído” (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004, 102). Essa definição já é parecida com a relação Natureza e Humanidade presente nos debates sobre Antropoceno, especialmente pelo “excepcionalismo humano” que separaria o ser humano dos outros animais.

Os autores ao abordarem “as perspectivas teóricas da gestão coletiva do meio ambiente”, entram em um debate sobre as três abordagens mais comuns de se pensar a gestão coletiva do

---

<sup>4</sup> Um exemplo são os estudos sobre o pensamento ameríndio feitos por Viveiros de Castro nas suas obras *Metafísicas Canibais* (2018) e *A Inconstância da Alma Selvagem* (2020). Outro exemplo é a teoria da intrusão de Gaia proposta por Stengers que pensa nesses desastres naturais causados pela crise climática como uma forma do planeta (Gaia), e suas formas de vida, lutar pela sua sobrevivência contra a espécie humana.

meio ambiente - abordagens organizacionais, regimes internacionais e governança global. Porém, o que é vamos destacar aqui é a questão da governança global. Barros-Platiau, Varella, Schleicher (2004) trazem a questão de que o mundo não é completamente globalizado, baseados em Keohane (2000), então a governança não é global, portanto qualquer ideia de governança global trará um forte grau de normatividade (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004). Aqui cria-se uma tensão entre o diálogo das Relações Internacionais com o meio ambiente, pois a crise ambiental é essencialmente global. Em um primeiro momento, a resposta poderia ser de que o problema é da essência das Relações Internacionais, pois como colocado por Brown e Ainley (2009):

A razão pela qual as definições são importantes desta forma é porque as “relações internacionais” não têm algum tipo de existência essencial no mundo real do tipo que poderia definir uma disciplina acadêmica. Em vez disso, há uma interação contínua entre o “mundo real” e o mundo do conhecimento. Esta última é, evidentemente, moldada pela primeira, mas esta não é simplesmente uma relação unilateral. A forma como compreendemos e interpretamos o mundo depende em parte de como definimos o mundo que tentamos compreender e interpretar. (BROWN; AINLEY, 2009, p.1)

Ainda assim, é importante salientar que a abordagem de governança proposta por Keohane (2000), entende a “Governança como um Dilema” sobre como desenhar instituições para desempenhar funções desejadas e respeitar valores democráticos nesse mundo entendido como parcialmente globalizado (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004). A governança global seria uma transição de uma ordem internacional para uma ordem global, sendo definida como “a soma dos indivíduos e instituições, públicas e privadas, direcionam seus problemas comuns” (VIOLA; BASSO, 2016, p. 10), desse modo, mesmo com diversos interesses conflitantes, seria possível estabelecer a cooperação.

Esse processo, também, passaria pela percepção de que o Estado não é percebido como um ente unitário, pois o processo de globalização causa um aumento da interdependência econômica e dos intercâmbios de informação, além de uma fragmentação estatal por meio da articulação de interesses de atores subnacionais, entidades internacionais e grupos que dividem interesses e crenças (VIOLA; BASSO, 2016). Ou seja, esse Estado plural do século XXI deve reconhecer tanto os interesses dos grupos que o compõem quanto identificar os interesses comuns a toda a humanidade (VIOLA; BASSO, 2016). Essa postura é defendida por Viola e Basso como

fruto de um cálculo racional de adaptação a uma realidade de maior incerteza e complexidade que é o Antropoceno:

É fruto de um cálculo de benefício de longo prazo em favor de si mesmo –ainda que o benefício, por estar relacionado com bens comuns globais, se estenda também a outros atores. Encontra fundamento na matriz racionalista (particularmente a liberal-institucionalista) das relações internacionais, mas um racionalismo atualizado para o século XXI: uma vez que as noções de ameaça, de segurança e de interesse nacional são diversas no Antropoceno, assim, o posicionamento para lidar com elas precisa ser também atualizado. (VIOLA; BASSO, p. 10, 2016)

Ainda assim, o debate entre crise climática e Relações Internacionais ainda tem outras dimensões que não são exatamente teóricas da disciplina, mas que tem sua importância dentro dos debates institucionais em razão das iniciativas multilaterais que já estão estabelecidas. Esses novos debates estão na relação da pauta de meio ambiente com outras pautas como comércio e segurança.

As pautas de meio ambiente e comércio são edificadas sobre lógicas distintas, além disso algumas das normas ambientais se contrapõe a alguns direitos da Organização Mundial do Comércio (OMC), que junto do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional formam o tripé das organizações internacionais dentro do direito internacional econômico (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004). Já o direito internacional ambiental é discutido principalmente no âmbito da ONU, mas também em outros centros de realização política e produção do direito internacional (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004). Portanto, por conta de serem tratados por conjuntos de normas autônomas que não tem relação de hierarquia, não há instrumentos de solução para esses conflitos de norma. Sendo assim, o que acontece na prática é que a solução se dá no conjunto normativo mais forte, aquela que aplica sanções econômicas, a OMC (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004). Consequentemente, dificilmente as normas ambientais terão eficácia quando em conflito com os direitos comerciais da OMC.

Já a relação entre meio ambiente e segurança já tem uma abordagem em comum, ambas se utilizam da prevenção ou a precaução como abordagem preponderante (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004). Ou seja, ambos os temas se apoiam na gestão de riscos e na

elaboração de respostas antecipadas. Portanto, é possível se utilizar do conceito de Antropoceno como uma ameaça à segurança, para isso Viola e Basso (2016) apontam que é preciso incorporar a incerteza e a complexidade dos problemas ambientais ao pensamento dos internacionalista, pois o meio ambiente não é mais estável pela atuação da humanidade que o modifica de maneira profunda e sistêmica (VIOLA; BASSO, 2016). Essas modificações são complexas e incertas, justamente pela dificuldade de se prever quais são as causa-consequências dentro do Sistema Terra por conta dos feedbacks lentos (ROCKSTRÖM et al, 2009)

Além disso, Viola e Basso (2016) apontam a necessidade de se entender as consequências que o modelo de desenvolvimento capitalista adotado pela maioria dos países tem sobre o meio ambiente, incluindo padrões de consumo, estilos de vida, valores, crenças e instituições correntes (VIOLA; BASSO, 2016), ou seja, ir contra o Modo de Vida Imperial. Barros-Platiau, Varella, Schleicher (2004) coloca que “uma nova abordagem para a segurança deve garantir a vida, a participação e a legitimidade, não exclusivamente a satisfação pessoal por intermédio do consumo descontrolado” (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004, p. 129). Portanto, para estabelecer a segurança no Antropoceno é necessário ir contra o Modo de Vida Imperial. Por último, Viola e Basso (2016) apontam que:

(...) é essencial entender que o Antropoceno é resultado de escolhas que foram feitas pela humanidade. Escolhas são sempre políticas, e dão origem a grupos de interesse e de privilégios. Mudar as escolhas significa, sim, mudar o status quo socioeconômico e político e posicionar de forma diversa diferentes grupos. Uma parte importante dos grupos privilegiados pelo atual sistema resistirão a mudanças; se eles detêm grande poder e há mecanismos inerciais para impedir o aumento de poder de outros grupos, as barreiras para mudanças serão maiores. Não se pode ignorar essa realidade: compreender e modificar a política de poder é a diferença entre a adoção de medidas que efetivamente mitiguem a ultrapassagem das fronteiras planetárias e medidas que tratam o problema como marginal ou acessório. (VIOLA; BASSO, 2016, p. 9)

Sendo assim, esses “mecanismos inerciais para impedir o aumento de poder de outros grupos” são os mesmos mecanismos denunciados pelo Modo de Vida Imperial, passam pelos mesmos interesses econômicos de classe que denominam as questões ambientais nas instituições, e que criam a dependência do Sul com o Norte global.



Por fim, é interessante colocar a importância discursiva em se utilizar do conceito de Antropoceno, e por extensão o Modo de Vida Imperial, nas Relações Internacionais. Isso é necessário pela não oficialização do nome dentro da geologia, esta ainda considera que estamos no Holoceno. Porém, como foi colocado por Brown e Ainley, “a forma como compreendemos e interpretamos o mundo depende em parte de como definimos o mundo que tentamos compreender e interpretar” (BROWN; AINLEY, 2009, p.1), ou seja:

Explicar e defender o Antropoceno como uma nova época geológica implica em um movimento de agência e reflexividade e na tentativa de reorganizar práticas particulares e refutar uma ideologia dominante, que sustém a hegemonia dos que defendem a permanência do Holoceno. Não há uma tensão entre épocas geológicas, como num jogo em que algum dos lados sai vencedor. A ideia supera os aspectos físico-geográficos. A discussão é mais ampla: baseia-se nas possíveis mudanças que uma declaração de profunda alteração geológica, causada pela humanidade, pode provocar na forma de gerar lucro na lógica do capitalismo atual. (CAVALCANTI, 2021, p. 14)

A utilização do conceito de Antropoceno dentro das Relações Internacionais, e em outras ciências sociais, serve para este se consolide e ganhe força ao ser replicado para se consolidar como uma contra-hegemonia capaz de problematizar e ameaçar à hegemonia capitalista de mercado que atrapalha o avanço das pautas ambientais (CAVALCANTI, 2021, p. 26). Portanto, a discursivização de conceitos - como Antropoceno, Chthuluceno ou Capitaloceno e Modo de Vida Imperial - transformará os fatos naturais em fatos sociais através da linguagem, pois essa interação discursiva tem o poder de mudar práticas sociais. (CAVALCANTI, 2021)

### **Referências Bibliográficas**

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. **Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate.** Revista brasileira de Política internacional, v. 47, p. 100-130, 2004.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global.** Editora Elefante, 2021.

BROWN, Chris; AINLEY, Kirsten. **Understanding international relations**. Macmillan International Higher Education, 2009.

CAVALCANTI, Maria Clara Catanho. Antropoceno: a construção discursiva de um conceito. **Revista Investigações**, v. 2, p. 1-28, 2021.

COSTA, Alexandre A. Antropoceno: e a memória da Terra. *In*: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael (Org). **Os Mil Nomes de Gaia**: do Antropoceno à Idade da Terra. Rio de Janeiro, 2022, p.106-186.

\_\_\_\_\_. Sobre Crise Ecológica, Violência e Capitalismo no Século XXI. **Colóquio Internacional Os Mil Nomes de Gaia**. Rio de Janeiro, Setembro, 2014. Disponível em: <https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/alexandre-costa.pdf>. Acesso em: 15/06/2023.

DANOWSKI, Déborah. Transformações perceptivas e afetivas na Idade da Terra. *In*: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael (Org). **Os Mil Nomes de Gaia**: do Antropoceno À Idade da Terra. Rio de Janeiro, 2022. p. 57-78.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundos por vir?**: Ensaios sobre os medos e os fins. 2 ed. Florianópolis: Cultura e Barbárie. 2017.

DEBORD, Guy. **O Planeta Doente**. Tradução: Emiliano Aquino. Disponível em: <http://emilianoaquino.blogspot.com/2007/11/o-planeta-doente.html>. Acesso em: 2023. Título Original: La planète malade.

FOSTER, John Bellamy. The Anthropocene Crisis. **Monthly Review**, v. 68, n. 4, p. 9, 2016.

HAMILTON, Clive. The new environmentalism will lead us to disaster. **Scientific American**, v. 19, 2014.

HARAWAY, Donna J. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. *In*: Moore, Jason W. (Org). **Antropoceno ou Capitoloceno?** Natureza, história e a Crise do Capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022a. p. 66-125.

HARAWAY, Donna J. Habitar a Barriga do Monstro. *In*: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael (Org). **Os Mil Nomes de Gaia**: do Antropoceno À Idade da Terra. Rio de Janeiro, 2022b. p. 418-430

KEOHANE, Robert O. Governance in a partially globalized world. **American Political Science Review**, v. 95, n. 1, p. 1-13, 2001.

MARQUES, Luiz. A atual trajetória de colapso socioambiental é incontestável. **Jornal da UNICAMP**, 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-marques/atual-trajetoria-de-colapso-socioambiental-e-incontestavel>. Acesso em: 2023

MCMICHAEL, Philip. The world food crisis in historical perspective. **Monthly Review**, v. 61, n. 3, p. 32, 2009.

MILANI, Carlos R. S. Antropoceno como conceito e diagnóstico: implicações para o multilateralismo e na perspectiva do Brasil. **CEBRI - Centro Brasileiro de Relações Internacionais**. 2022. Disponível em: <https://cebri.org/br/doc/258/antropoceno-como-conceito-e-diagnostico-implicacoes-para-o-multilateralismo-e-na-perspectiva-do-brasil>. Acesso em: 2023

MOORE, Jason W. O Surgimento da Natureza Barata. *In*: Moore, Jason W. (Org). **Antropoceno ou Capitoloceno?** Natureza, história e a Crise do Capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p. 128-186.

RICHARDSON, Katherine et al. Earth beyond six of nine planetary boundaries. **Science Advances**, v. 9, n. 37, 2023.

ROCKSTRÖM, Johan et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and society**, v. 14, n. 2, 2009.

STEFFEN, Will et al. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. **Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences**, v. 369, n. 1938, p. 842-867, 2011.

STEFFEN, Will et al. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, v. 347, n. 6223, 2015.

VIOLA, Eduardo; BASSO, Larissa. O sistema internacional no Antropoceno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais**: Elementos para uma antropologia estrutural. São Paulo: Ubu Editora, n-1 edições , 2018.

\_\_\_\_\_. Perspectivismo e Multinaturalismo na América Indígena. *In*: **A Inconstância da Alma Selvagem**: e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Ubu, p. 299-346, 2020.

\_\_\_\_\_. Position Paper. DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael (Orgs.). **Os Mil Nomes de Gaia**: do Antropoceno à Idade da Terra. Rio de Janeiro, 2022. p. 13-20.